

ISSN 1807-9873



Cadernos de Tradução

Número 25 - jul / dez - 2009



Linguística
Cognitiva



Instituto de Letras - UFRGS



INSTITUTO DE LETRAS - UFRGS

Diretora: Prof^a. Jane Fraga Tutikian

Vice-Diretora: Prof^a. Maria Lúcia Machado de Lorenci

COMISSÃO EDITORIAL

Prof^a. Ana Kessler Rocha

Prof^a. Patrícia Ramos Revillard

Prof^a. Rosalia Neumann Garcia

Organizadora deste número:
Prof^a. Maity Siqueira

SUMÁRIO

Apresentação / 5

O poder da metonímia / 7
Antonio Barcelona Sánchez

Semântica de *Frames* / 25
Charles J. Fillmore

A prática definitiva dos dicionários e a concepção
semântico-cognitiva de polissemia / 55
Dirk Geeraerts

PJM: Um método para identificar palavras usadas
metaforicamente no discurso / 77
Grupo Praggléjaz

Metáforas visuais para o intelecto: São realmente interlinguísticas? / 121
Iraide Ibarretxe-Antuñano

A emergência da metáfora no discurso / 143
Lynne Cameron; Alice Deignan

Primeiros passos em direção a uma teoria da aquisição da
língua baseada no uso / 169
Michael Tomasello

Por que a linguística cognitiva deveria se preocupar mais
com métodos empíricos? / 193
Raymond Gibbs

Modelos metafóricos e a postura do tradutor frente a textos científicos / 217
Rita Temmerman

Os modos de conceitualização do ser vivo: Uma abordagem
linguístico-cognitiva / 235
Sylvie Vandaele

Universalidade versus não-universalidade metafórica / 257
Zoltán Kövecses

Capa e Editoração: Leandro Bierhals Bezerra - Núcleo de Editoração Eletrônica do
Instituto de Letras

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Letras

Av. Bento Gonçalves, 9500 CEP 91540-000 Porto Alegre-RS

Fone: (051) 33166689 Fax: (051) 33167303

<http://www.ufrgs.br/letras>

E-mail: iletras@vortex.ufrgs.br

Sonia Gandhi stakes claim for top job with denunciation of Vajpayee

For years, Sonia Gandhi has struggled to convince Indians that she is fit to wear the mantle of the political dynasty into which she married, let alone to become premier.

Her opponents have not allowed the world to forget that she was born in Italy, or that—despite 35 years in India—she has yet to conquer her thick foreign accent when speaking Hindi. They portray her as aloof, out of touch with the vast nation once ruled by her husband, Rajiv, who was assassinated 12 years ago, and her formidable mother-in-law, Indira Gandhi, who was cut down by her own bodyguards in 1984.

But India's political pundits gave Sonia Gandhi unusually enthusiastic reviews yesterday after her blistering performance in a no-confidence vote in India's parliament.

Their verdict was that she might at last have cemented her leadership.

The gladiatorial contest between her and the Prime Minister, Atal Bihari Vajpayee, dominated the national headlines for two days, and ended in the early hours yesterday. Indians arose to find their newspapers full of reports of the debate alongside full-page advertisements marking the 59th birthday of her late husband, who was blown up by a Tamil Tiger suicide bomber in 1991. For one day at least, the Nehru-Gandhi dynasty and the party that for so long dominated post independence India seemed in ascendancy anew.

Sonia Gandhi and her allies were always certain to lose the no-confidence vote. The result, 312 to 186, was a formality. What was significant, though, was the new forcefulness that she displayed as she laid into the government as "incompetent, insensitive, irresponsible and brazenly corrupt."

Five years ago, she was persuaded to assume presidency of the Congress Party, which was riven with divisions and a shadow of its former years. She did not want the job. But now, there was a "new combative quality about her," said Maniini Chatterjee, political writer for the Indian Express paper. Another analyst, Mahesh Rangarajan, said her performance was "a major milestone in her evolution as a political leader. She was staking a claim for the top job."

Mr Vajpayee's Bharatiya Janata Party has suffered many blows since it assumed power. There are four state elections later this year. General elections loom next year.

The BJP, and the Hindu nationalists aligned with it, will continue to jeer at Ms Gandhi's foreign origins. But now, it seems, she has an answer. As she said in parliament, "When I talk of the nation, they talk of my style and language."

Metáforas visuais para o intelecto: são realmente interlinguísticas?

Iraide Ibarretxe-Antuñano²

Tradução: Nara Cornetet Dei Ricardí³

Revisão da tradução: Aline Picon Dornieles⁴

Revisão técnica: Emília Farias⁵

Muitos pesquisadores de metáforas, especialmente no âmbito da Linguística Cognitiva, têm argumentado que a ligação conceitual entre a visão e o intelecto é universal. Contudo, existem muitos estudos, antropológicos e linguísticos, que contradizem não somente a universalidade dessas metáforas, mas o papel predominante da visão no domínio da cognição. Neste artigo, discutirei o papel da "corporeificação" e a importância da "cultura" na criação e conceitualização de metáforas de percepção. O aspecto fundamental será mostrar que todos os seres humanos usam os sentidos para coletar e processar informações, mas que o sentido escolhido para acessar tal conhecimento depende da cultura na qual estão inseridos. Em primeiro lugar, descreverei os sentidos dos termos em função das "propriedades prototípicas". Então, mostrarei que as propriedades aplicadas com um sentido em uma determinada cultura podem ser utilizadas com sentido diferente em outra cultura. Em vez de identificar um sentido específico com uma capacidade cognitiva específica (ENTENDIMENTO É VISÃO), é necessário formular essas relações em um nível mais geral e abstrato (ENTENDIMENTO É PERCEPÇÃO).

Palavras-chave: metáfora, percepção, corporeificação, cultura

A metáfora na Linguística Cognitiva é compreendida como um mapeamento ou uma correspondência entre dois domínios conceituais, onde as propriedades de

¹ Artigo publicado originalmente em 2008 em *Atlantis*, 30 (1): 15-33. Traduzido com a permissão da autora a partir do texto em inglês IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraide. Vision metaphors for the intellect: Are they really cross-linguistic? *Atlantis*, 30 (1): 15-33, 2008.

² Universidad de Zaragoza

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

⁵ Universidade Federal do Ceará, CE.

um domínio, a fonte, são mapeadas com outras do outro domínio, o alvo. É nesse sentido que as metáforas “nos permitem compreender um domínio de experiência em termos de outro” (Lakoff e Johnson 1980:135). De acordo com a visão padrão da metáfora nesse modelo (cf. Johnson 1987 Kövecses 2002; Lakoff e Johnson 1980, 1999; Grady 1997), as associações conceituais entre os dois domínios, fonte e alvo, são normalmente consideradas universais, uma vez que estão fundamentadas em uma base corporal empírica, ou seja, em uma experiência humana corporificada. Por exemplo, foi mostrado que o domínio alvo de emoções é usualmente conceitualizado através do domínio fonte de mudanças fisiológicas no corpo (Kövecses 2000). Um exemplo típico dessa correspondência conceitual é a metáfora A RAIVA É UM FLUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE PRESSURIZADO. Essa metáfora está baseada, não apenas em nosso conhecimento do comportamento de substâncias líquidas em recipientes pressurizados, mas também transformações físicas que experimentamos quando estamos com raiva, ou seja, um aumento na temperatura da pele, na pressão sanguínea e outras atividades no sistema nervoso (Ekman, Levenson e Friesen, 1983; Gibbs *et al* 1997; Levenson, Ekman e Friesen, 1990; Levenson *et al* 1992; Valenzuela e Soriano 2007).

Contudo, tanto os pesquisadores da Antropologia quanto os da Linguística (Fernandez 1991; Kövecses 2005), questionaram a universalidade dessas metáforas e observaram a existência de outras metáforas, possíveis somente em algumas línguas e não em outras. Nas próprias palavras de Kövecses: “As a general tendency, cognitive linguists have overemphasised the universality of some of the metaphorical structures that they found and ignored the many cases of non-universality in metaphorical conceptualisation” (2005: xii).⁶

Neste estudo, analisarei uma dessas metáforas consideradas universais em Linguística Cognitiva, mais precisamente, a ligação entre visão e intelecto (Sweetser 1990). Com base em dados interlinguísticos, demonstrarei não apenas que essa ligação não é totalmente universal, mas também que o papel predominante da visão no domínio da cognição é culturalmente determinado. Em outras palavras, discutirei o papel da “corporificação” e a importância da “cultura” na criação e na conceitualização de metáforas de percepção. A Seção 1 faz uma breve revisão de alguns dos principais estudos sobre polissemia dos verbos de percepção na Linguística Cognitiva. A Seção 2 discute a questão da motivação na polissemia e apresenta uma descrição detalhada das bases conceituais possíveis para os significados dos verbos de percepção a partir das propriedades prototípicas. A Seção 3 apresenta a questão da universalidade *versus* especificidade da língua na polissemia dos verbos de percepção em diferentes línguas. O principal objetivo será mostrar que todos os seres humanos usam os sentidos para coletar e processar informações, mas o

⁶ Como uma tendência geral, os linguistas cognitivos deram grande ênfase à universalidade de algumas das estruturas metafóricas que encontraram e ignoraram os muitos casos de não universalidade na conceitualização metafórica. [N. T.]

sentido escolhido para acessar essas informações depende da cultura na qual estão inseridos. Finalmente, a Seção 4 apresenta algumas conclusões e propõe um modelo que leva em conta corporificação e cultura como a base da motivação conceitual para as metáforas de percepção.

1 Polissemia em verbos de percepção

O campo semântico dos verbos de percepção é um dos domínios favoritos na pesquisa em Linguística. Devido a sua vasta variedade de possibilidades de construção e sintaxe e suas ricas estruturas polissemicas, esses verbos têm sido objeto de estudo não apenas em Morfossintaxe (Dik e Hengeveld 1991; Enghels 2005; Fernández Jaén 2006; García-Miguel 2005; Gisborne 1996; Horie 1993; Roegiest 2003), mas também em Semântica (Alm-Arvius 1993; Horro Chéliz 2002-2004, no prelo; Ibarretxe-Antuñano 1999a, a ser publicado; Rojo e Valenzuela 2004-2005, Sweetser 1990; Vîberg 1984).

No campo da polissemia podemos encontrar inúmeros estudos dedicados à análise de extensões semânticas que esses verbos lexicalizam. No âmbito da Linguística Cognitiva, Sweetser (1990) analisa algumas das extensões semânticas de verbos de percepção em inglês. Seu principal objetivo é apresentar uma explicação motivada para a relação entre os sentidos de um morfema único ou palavra e os sentidos diacronicamente anterior e posterior de um morfema ou palavra. Para tanto, a autora propõe um elo semântico - a metáfora “*mente como corpo*” - para explicar essa tendência generalizada nas línguas indo-europeias de tomar em prestado conceitos e vocabulário do universo físico e social mais acessível, para se referirem aos universos menos acessíveis de raciocínio, emoção e estrutura conversacional. A Figura 1 resume os caminhos da extensão semântica de Sweetser nos verbos de percepção em inglês:

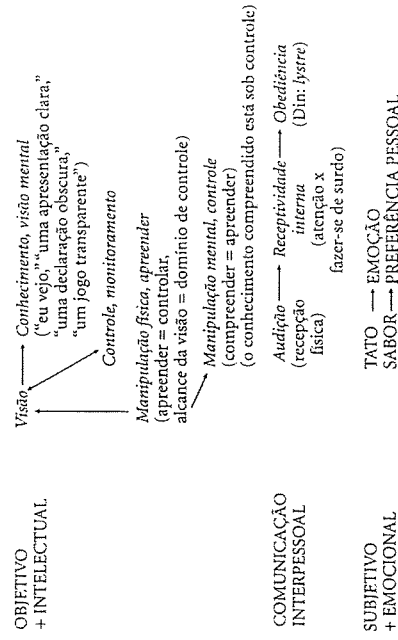


Figura 1: Estrutura das metáforas de percepção em inglês.

A lista de metáforas da percepção de Sweetser pode ser complementada com análises mais recentes que acrescentam novos significados, não somente para verbos de visão e audição – as modalidades de percepção que mais atraem a atenção da maioria dos linguistas (Alm-Arvius 1993; Baker 1999; Danesi 1990) – mas também para verbos de tato, olfato e paladar – normalmente pouco considerados nas discussões linguísticas. Ibarretxe-Antuñano (2002: 114) apresenta as extensões semânticas mostradas na Tabela 1.

Esses estudos mostram claramente que verbos de percepção são polissêmicos, mas a questão a ser considerada é se essas extensões semânticas são arbitrárias ou motivadas. Em outras palavras, existem razões que podem explicar porque um verbo como *farejar* encerra a ideia de “suspeitar” como em (1), ou que um verbo como *ver* pode ser usado no sentido de “compreender” como em (2)?

(1) *Nas palavras da Ferrari, não foi, e Niki deveria ter farejado antes que mais um traço da Ferrari estivesse a caminhar, e sem Montezemolo, seus flancos estavam desprotegidos (BNC).*

(2) *Eu expliquei o problema, mas ele não conseguia vê-lo.*

Além disso, uma vez que essas razões sejam encontradas, o próximo passo é perguntar se essas vias de extensões semânticas são aplicáveis a todas as línguas. Ou seja, as conexões entre o domínio da percepção dos sentidos e outros domínios são de cognição universal ou de linguagem específica?

Metáforas no domínio da percepção

VISÃO		TATO	
Compreender é ver	Afetar é tocar.	Lidar com algo é tocar.	
Prever é ver	Considerar é ver	Considerar é tocar.	
Imaginar é ver	Considerar é ver	Persuadir é tocar.	
Estudar/Examinar é ver	Estudar/Examinar é ver	PALADAR	
Descobrir é ver	Experimentar algo é provar	Produzir um sentimento é provar (gostar/não gostar).	
Ter certeza é ver	Conhecer é provar.		
Cuidar é ver	OLFATO		
Testemunhar é ver	Suspeitar é cheirar	Suspeitar é cheirar	
Sofrer é ver	Sentir / adivinhar é cheirar	Investigar é cheirar/ cheirar o ambiente	
Obedecer é ver	Mostrar desdém é cheirar	Mostrar desdém é cheirar	
Abster-se é ver	Corromper é cheirar	Corromper é cheirar	
Estar envolvido é ter de ver	Não tomar conhecimento de algo é não cheirar	Profetizar é cheirar	
AUDIÇÃO			
Prestar atenção é ouvir			
Obedecer é ouvir			
Ficar sabendo é ouvir			
Compreender é ouvir			
Ser ensinado é ouvir			
Concordar é ouvir			

Tabela 1. Metáforas conceituais nos verbos de percepção (Ibarretxe-Antuñano 2002: 114)

2 Arbitrariedade versus Motivação: Base conceitual nos verbos de percepção

Alguns autores tentaram estudar o significado das palavras baseadas em uma série de condições de verdade independentemente de qualquer tipo de compreensão humana (ver, por exemplo, a Semântica de Fregean [Geach e Black 1952]) e o Modelo Teórico de Semântica de Montague [Dowty, Wall e Peters 1981; Cann 1993]. Embora essa visão objetivista de significado possa explicar certas propriedades da semântica formal, ela é insuficiente quando pretende explicar o tipo de estruturas polissêmicas discutidas na Seção 1. Conforme argumenta Lakoff (1987: 157-218), a linguagem está intrinsecamente ligada aos seres humanos. Ela não reflete a realidade baseada no mundo objetivista, totalmente independente do que as pessoas observam e vivenciam; muito pelo contrário, a linguagem reflete estruturas conceituais baseada na experiência das pessoas e no conhecimento do mundo externo que as rodeiam. Assim, pensar que a relação entre as formas linguísticas e os conceitos que representam é, como proposto tradicionalmente, arbitrário pode não ser completamente verdadeiro. Até certo ponto, podemos aceitar que existe certo componente essencial arbitrário na associação das palavras com os seus significados, mas, como observa Sweetser (1990:5), essa arbitrariedade é muito restrita. As categorias conceituais humanas e o significado das estruturas linguísticas em qualquer nível não são um conjunto de características universais abstratas ou símbolos sem interpretações; são motivadas e fundamentadas, de alguma forma, diretamente na experiência, nas nossas experiências corporais, físicas e socioculturais. Essa noção de linguagem “motivada” é conhecida em Linguística Cognitiva como *corporeificação*. (Johnson 1987; Lakoff 1987; Lakoff e Johnson 1980, 1999).

Se a ideia de corporeificação estiver correta, é possível lançar a hipótese de que as extensões semânticas que ocorrem nos verbos de percepção (Seção 1) devam ser motivadas e fundamentadas de forma que percebamos e experimentamos os sentidos, que têm sido frequentemente descritos como diferentes canais através dos quais adquirimos informações sobre o mundo (Sekuler e Blake 1994; Classen 1993). Existem duas palavras-chave nessa definição: *informação* e *diferentes*. Os cinco sentidos nos dão as informações sobre o mundo em que vivemos, mas a forma como essas informações são recebidas, processadas e compreendidas pelas pessoas é diferente. Essas diferenças estão baseadas em contrastes biológicos e culturais. Biologicamente, cada sentido tem seus próprios receptores – olhos, ouvidos, pele, nariz, boca – e seus próprios caminhos para o cérebro. Cada receptor de sentido responde a diferentes estímulos: luz, ondas sonoras, distúrbios mecânicos, substâncias voláteis e solúveis. Em resumo, a maneira pela qual cada modalidade de sentido nos liga com o mundo é diferente. Cada modalidade nos faz perceber certos estímulos e interpretar a mesma realidade de um modo particular.

Para explicar as bases conceituais das extensões semânticas nos verbos de

percepção, é importante levar em consideração essa diversidade e caracterizar o domínio experimental da percepção. O modelo que eu proponho para essa caracterização é a criação de uma tipologia de *propriedades prototípicas*. Essas propriedades estão baseadas, não somente na fisiologia dos cinco sentidos – fundamentos biológicos – mas também na psicologia dos sentidos – modelos populacionais, como as pessoas pensam que utilizam os sentidos (ver Classen 1993; Howard Hughes Medical Institute 1995; Howes 2005; Rouby *et al.* 2002; Sekuler e Blake 1994). Isso garante a independência da descrição do domínio de percepção e elimina qualquer análise posterior derivada de extensões semânticas encontradas nos verbos de percepção (para uma discussão sobre esse assunto, ver Keysar e Bly 1995; Murphy 1996).

Devido a restrições de espaço, posso apenas enumerar e descrever brevemente as principais propriedades prototípicas que caracterizam e restringem o domínio da percepção⁷. As definições para cada propriedade estão baseadas nas relações entre os três principais elementos que participam em um ato de percepção: a pessoa que realizar a percepção ou observador (PR), o objeto observado (OP) – animado ou inanimado – e o ato da observação propriamente dito (P). Essas propriedades não devem ser entendidas como primitivos semânticos ou unidades atômicas conceituais inatas, mas como atalhos de referência para as propriedades de definições usadas para descrever a percepção. As propriedades prototípicas estão resumidas na Tabela 2.

<contato>	Se PR precisar ter um contato físico com OP para este ser observado.
<proximidade>	se OP precisar estar na proximidade de PR para ser observado
<interno>	se OP necessitar entrar em PR para ser observado
<limite>	se PR está ciente das fronteiras impostas por OP quando observado
<localização>	se PR está ciente da situação de OP quando observado
<detecção>	como PR realiza P: como PR se aproxima de um objeto, e distingue um objeto de outro
<identificação>	o quanto PR pode compreender o que está observando, P
<vontade>	se PR pode decidir quando realizar um P
<objetividade>	se P depende de PR diretamente, ou é intermediado por outro elemento.
<efeito>	se P causa alguma mudança em OP
<brevidade>	quanto tempo deve ser a relação entre P e OP para a percepção ser bem sucedida.
<avaliação>	se P avalia OP
<correção da hipótese>	o quão correta e rigorosa são as hipóteses formuladas sobre OP em P na comparação com o objeto real de OP
<subjetividade>	quanta influência PR tem sobre P

Tabela 2. Propriedades prototípicas na percepção

⁷ Para uma descrição mais abrangente dessas propriedades prototípicas, incluindo informação sobre as suas bases fisiológicas e psicológicas e a distribuição de valores positivos/negativos, ver Ibarretxe-Antuñano (1999a: cap.5) e as referências em <http://www.unizar.es/linguisticageneral/Ibarretxe-PhD-Thesis-99.pdf>

A distribuição dessas propriedades em cada sentido é apresentada na Tabela 3. Essas propriedades estão organizadas de acordo com dois parâmetros: (1) as inter-relações entre os três elementos envolvidos no processo perceptivo: PR, OP e P (mostrado na primeira coluna), e (2) a presença ou ausência dessas propriedades em cada sentido, uma vez que existem propriedades que são aplicáveis para todos os sentidos, grupo A, e outras que apenas se aplicam para alguns sentidos, grupo B (mostrado na segunda coluna). Com base nas informações fisiológicas e psicológicas sobre os sentidos, cada propriedade recebe uma etiqueta de *sim* ou *nao*,⁸ dependendo do valor positivo ou negativo que receber em relação à função das propriedades na caracterização de cada modalidade perceptiva. Por exemplo, sentidos como o tato, que requer contato entre PR e OP, receberão uma etiqueta de *sim*,⁹ enquanto sentidos como a visão, que não requer contato, receberão uma etiqueta de *nao*.¹⁰ (Sekuler e Blake 1996:6-7, 27). É importante ter em mente que cada sentido tem suas próprias características e seus próprios meios de processar a informação. Essa diversidade deve estar refletida na distribuição das propriedades e dos valores.

PR, OP, P	Presença	Propriedades	VISÃO	AUDIÇÃO	TATO	OLFATO	PALADAR
PR → P	A	<contato>	não	não	sim	não	sim
		<proximidade>	não	não	sim	sim	sim
		<interno>	não	sim	não	sim	sim
	B	<limite>	---	---	sim	---	---
		<localização>	sim	sim	---	---	---
		<subjetividade>	---	---	sim	---	sim
PR → P	A	<detecção>	sim	sim	sim	sim	sim
		<identificação>	sim	sim	sim	não	sim
		<vontade>	sim	não	sim	não	sim
		<direção>	sim	não	sim	sim	sim
	B	<correção das hipóteses>	sim	sim	---	sim	---
OP → P	A	-----	---	---	---	---	---
	B	<efeitos>	---	---	sim	---	---
		<avaliação>	sim	---	---	---	sim
		<consciência>	---	---	sim	---	sim

Tabela 3. Distribuição de propriedades prototípicas nos sentidos organizados de acordo com o modo Ocidental

2.1. *Propriedades prototípicas em ação. Um exemplo <Correção de hipóteses>* A propriedade prototípica <correção de hipóteses> refere-se ao grau de exatidão e precisão de OP durante P em relação ao objeto real observado. Em outras palavras, exatidão e precisão da forma em que a informação sobre OP é recebida. Essa propriedade é composta das propriedades <objetividade> e <identificação> e parece ser aplicável apenas à visão, audição e ao olfato. Deve haver uma explica-

ção para isso. Quando utilizamos esses três sentidos, formulamos hipóteses sobre a natureza e as características de OP. Dependendo dos sentidos que usamos, essas hipóteses são consideradas mais ou menos precisas e confiáveis. As informações colhidas por esses sentidos seguem uma escala de confiabilidade e precisão de cima para baixo: visão —> audição —> olfato. As razões para essa hierarquia devem estar relacionadas com os valores que as propriedades <objetividade> e <identificação> assumem em cada caso. Na visão, ambas as propriedades têm valores positivos. O fato de não existirem mediadores na percepção visual, bem como o fato de a identificação do que vemos ser muito precisa, tornam as hipóteses resultantes da percepção visual as que melhor correspondem ao objeto real. A audição é também muito precisa na identificação daquilo que é escutado. No entanto, suas hipóteses não são tão corretas quanto às da visão porque P depende da fonte do som. O olfato tem um valor positivo para <objetividade>, mas negativo para <identificação>. É muito difícil identificar com exatidão o que está sendo propriamente percebido por esse sentido. Essa dificuldade é conhecida pelos psicólogos como o fenômeno da *ponta do nariz* (Lawless e Engen 1977). A distribuição dos valores nessas propriedades e os processos perceptivos nesses sentidos estão ilustrados na Figura 2. A carinha sorridente representa PR, a caixa representa OP, e a seta representa P.

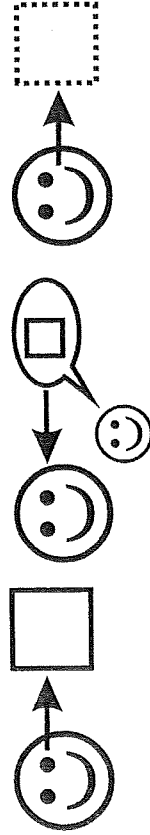


Figura 2.1. Visão

Figura 2.2. Audição

Figura 2.3. Olfato

Nas Figuras 2.1 e 2.3, a direção da seta (P) vai de PR a OP, enquanto que na figura 2.2 a direção é contrária, de OP para PR. A direção da seta representa a propriedade <objetividade>, que apresenta um valor positivo na visão e no olfato, e negativo na audição, uma vez que PR não pode ouvir um som sem que ele seja produzido por OP. Nas Figuras, a caixa que representa OP tem linhas contínuas, mostrando que o OP é facilmente identificável. As linhas descontínuas na caixa na Figura 2.3 mostram a dificuldade de identificação de OP no caso do olfato. Uma característica comum nas três figuras é que a seta não tem contato com OP, o que corresponde à propriedade <não contato> compartilhada pelas três modalidades (ver Tabela 3).

A mesma hierarquia de precisão e confiabilidade pode explicar alguma das extensões semântico-metaforicas dos verbos de visão, audição e olfato. Vejamos os seguintes exemplos:

(3) Eu vi que haveria problema.

(4) Eu ouvi que haveria problema.

(5) Me cheirou que haveria problema.

Todos esses exemplos são idênticos com exceção pela modalidade do verbo de percepção usado em cada grupo: *ver*, *ouvir* e *cheirar*. Isso permite que o significado em cada grupo seja diferente: o exemplo (1) pode ser parafraseado como “saber”, o (2) como “ser dito”⁸ e (3) como “adivinhar, suspeitar”. Contudo, ao olharmos para essas frases mais cuidadosamente, percebemos que todos esses significados pertencem ao domínio do “conhecimento”. O que parece ser diferente é o tipo de conhecimento que pode ser inferido de cada uma dessas sentenças. Não é a mesma coisa dizer sobre certa situação *eu sabia sobre isso*, em contraste com *me falaram sobre isso*, ou *eu descobri de alguma coisa*. Em cada um desses exemplos existe uma variação de nível de precisão e confiabilidade entre as hipóteses inferidas e o objeto real. Essa variação pode ser explicada pelos significados da propriedade prototípica <correção das hipóteses>.

No caso da visão, sou eu — o PR — quem compreende que haveria um problema. Eu não somente vi algumas indicações que me apontaram claramente que haveria problemas, mas também interpretei isso de uma forma específica.

Em (2), eu não vi *com os meus próprios olhos* que haveria um problema; outra pessoa me contou e, como a experiência diz, o que os outros falam, especialmente quando contam alguma coisa, nem sempre é preciso. Finalmente em (3), percebi que haveria um problema, mas as indicações para essa conclusão não foram muito claras, a evidência para tal suposição não é forte o suficiente para eu ter certeza.

Os diferentes significados nessas frases são um retrato fiel das experiências de percepção às quais nos submetemos quando usamos cada uma dessas modalidades de sentido. Quando percebemos através desses sentidos, formulamos ou criamos hipóteses sobre as natureza e característica do OP que correspondem, com uma relativa precisão, à natureza do objeto real. A informação apreendida pelo sentido da visão, e consequentemente, a hipótese formulada baseada nessa informação, é mais precisa do que aquela apreendida pela audição ou pelo olfato. Por isso, o que fazemos quando usamos expressões metaforicas que contêm verbos como *ver*, *ouvir* ou *cheirar* é relacionar aquela experiência do domínio da percepção física, mais concreto, com o domínio do conhecimento, mais abstrato.

É importante registrar que as mesmas distinções sobre a confiabilidade da

⁸ Um dos editores do Atlantis sugeriu que a extensão semântica do verbo *ouvir* na frase (4) poderia ser uma metonímia (EFEITO PELA CAUSA) ao invés de uma metáfora. Essa explicação será possível se fizer referência a um evento físico, isto é, se eu estiver me referindo ao fato de que alguém realmente veio e me deu aquela informação. No entanto, eu diria que o mapeamento em (4) se estabelece a partir do domínio da percepção física (audição) para o domínio abstrato da cognição (conhecimento menos seguro) e, por isso, consideraria (4) uma metáfora.

informação que vimos nos exemplos acima estão também lexicalizadas como marcadores, isto é, formas gramaticais que fornecem informações sobre uma evidência na qual uma declaração está fundamentada e participam na expressão da atitude do falante através da situação de sua declaração, como descreve (Aikhenvald 2004; Chafe e Nichols 1986). Os verbos de percepção de sentidos são uma fonte interlinguística comum de marcadores (ver Aikhenvald e Dixon 1998, 2003; De Haan 2005; Willett 1988). Os marcadores sensoriais (visual e não-visual), são usados para registrar a evidência direta obtida por qualquer uma das modalidades de sentido (visual, auditiva, olfativa...). Isso quer dizer que esses marcadores indicam que o falante conhece a informação porque viu, ouviu, cheirou, sentiu... Por exemplo, o marcador *inik'e*, na língua Pomo Oriental (McLendon 2003), com a forma verbal *p'be'*, mostra-nos que o falante sabe que o objeto está queimado porque ela/ele sentiu isso. Contudo, o que é realmente interessante é que esses marcadores sensoriais também lexicalizam os mesmos significados metafóricos descritos acima. Os marcadores visuais fornecem um grau maior de confiabilidade do que os auditivos. Por exemplo, na língua Tuyuca (Barnes 1984), o marcador visual *wi'* confirma um conhecimento direto e confiável, que não requer que o falante tenha testemunhado o fato. Outro exemplo poderia ser do morfema *wonon* na língua samoieda da Rússia, o Nenets (Perrot 1996). Esse morfema é usado como um marcador auditivo (o falante ouve um som), mas também como um marcador de repetição do que se ouve (o falante é informado).

3 Universalidade versus especificidade da língua: Corporificação e cultura

Conforme demonstrado na seção anterior, as propriedades prototípicas nos ajudam a compreender por que verbos como *ver*, *ouvir* ou *cheirar*, em Inglês, lexicalizam significados ligados ao domínio do conhecimento. O próximo passo é perguntar se essa base conceitual também motiva as extensões semânticas desses verbos de percepção em outras línguas. Na teoria, a resposta deveria ser afirmativa.

É preciso ter em mente que um dos principais aspectos na teoria cognitiva da corporificação é que todo o ser humano percebe e vivencia o mundo que o cerca de modo semelhante, visto que todos nós somos da mesma forma e constituídos

⁹ *Wi* é apenas uma das possíveis formas de marcador visual, uma vez que os marcadores na língua Tuyuca são expressos através de significados de um morfema aglutinado que expressa categorias gramaticais como pessoa, número, gênero e tempo verbal. *Wi'* é o marcador visual para a 3ª pessoa do singular, masculino, passado (Barnes 1984:258).

dos mesmos mecanismos (corpo, habilidades motoras, habilidades perceptivas, etc). Assim, extensões semânticas semelhantes deveriam ser encontradas em outras línguas e deveriam ser explicadas de uma maneira análoga.

Em uma pesquisa anterior, Ibarretxe-Antuñano (1999a, b, 2002, 2006, a ser publicado) realizou um estudo contrastivo da polissemia dos verbos de percepção em duas outras línguas, não relacionadas geneticamente, à parte do inglês: o Basco e o Espanhol. A autora encontrou extensões semânticas similares nos verbos de percepção nessas línguas, incluindo o mapeamento no domínio do conhecimento. Vejamos alguns exemplos paralelos para o inglês em (3), (4) e (5) acima:

- (6) a *Ya vi que iba a haber problemas*
já vi que ia haver problemas
b *Arazoak egongo direla ikusi nuen*
problema.abst.pl. ser.fut. aux.comp. ver aux.1sing
“eu vi que ia haver problemas”
- (7) a *Ya oí que iba a haber problemas*
já ouvi que ia haver problemas
b *Arazoak egongo direla entzun nuen*
problema.abst.pl. ser.fut. aux.comp. ouvir aux.1sing
“eu ouvi que ia haver problemas”
- (8) a *Ya me olta que iba a haber problemas*
já reflex.1sing. cheirou que ia haver problemas
b *Arazoak egongo direla usaitu nuen*
problema.abst.pl. ser.fut. aux.comp. cheirar aux.1sing
“Eu cheirei que ia haver problemas”

A julgar por esses exemplos, pode-se supor que essas extensões semânticas podem ser consideradas universais. De fato, na literatura da Linguística Cognitiva, a ligação entre visão e cognição, geralmente, tem sido aceita como um dos mapeamentos universais mais consistentes nesse domínio. Autores como Sweetser (1990) afirmam que a visão tem a primazia de ser a modalidade à qual os verbos de maior intelectualidade estão associados, como “saber”, “entender” e “pensar”, enquanto que os verbos de audição como *ouvir* ou *escutar*, não levariam a essa interpretação, pois estão mais “conectados com os aspectos especificamente comunicativos de entendimento, e não com o intelecto como um todo”. (1990:43). Essa afirmação é compartilhada por diversos psicólogos e psicolinguistas, como Gardner (1983) e Arnheim (1969), que consideram a visão o mais importante dos sentidos e, por isso, consideram natural a associação entre a visão e o pensamento/conhecimento.

Entretanto, os estudos sobre as línguas não ocidentais parece causar problemas para essa tendência universal. Evans e Wilkins (2000), por exemplo, mostram que nas línguas aborígenes da Austrália são os verbos de audição que esta-

belceiri ligações com o domínio intelectual, enquanto que a grande maioria das extensões semânticas derivadas dos verbos de visão está mais relacionada a desejo, atração sexual, supervisão e agressão, conforme suas próprias palavras:

...na Austrália, em toda a sua extensão continental, a audição é a única modalidade perceptiva que se mapeia de forma mais completa com o domínio da cognição e se estende tanto aos verbos “pensar”, “saber” e “recordar”, quanto aos verbos “entender” e “obedecer”, desse modo, apresentando um padrão muito diferente do Indo-europeu... Quando “ver” ultrapassa o domínio da percepção, geralmente entra no domínio da interação social. (Evans e Wilkins 2000:576)

Esses autores apresentam uma grande quantidade de dados linguísticos empíricos, ilustrando esse mapeamento difuso da audição para a cognição em diferentes línguas aborígenes australianas. Vejamos alguns exemplos: o verbo *awe* na língua Arternte, *kulini* na língua Pitjantjatjara, *yangkura* na língua Ngar, *ganga* na língua Banjarang, com o significado de “ouvir, escutar” e “compreender”. O verbo *marrija* na língua Yukulta, que significa “ouvir, escutar” quando usado transitivamente e “pensar, sentir” quando usado intransitivamente. A palavra *pina*, “ouvido” na língua Walmajarri, e suas formas derivadas *pina-jarri* (lit. “ter um ouvido”) “inteligente”, *pina-pina-karinyu* (lit. orelha-orelha-em-pé) “pensar”, e *pina-ri* “conhecer, conhecimento”. Expressões baseadas na palavra “ouvido” na língua Kayrdil, como *niarraldurubuwatha* (lit. “ouvido se torna inútil”) e *niarralduridjija* (lit. “orelha merda”) “esquecer”.

O que Evans e Wilkins encontram em suas análises de cerca de 60 línguas australianas não é, de forma alguma, uma exceção. Existem vários exemplos que demonstram que a visão não está universalmente ligada ao conhecimento. Seeger (1975), por exemplo, relata que os índios Suyá do Brasil usam o mesmo verbo *ku-mba* para “escutar” “compreender” e “saber” e que “quando os Suyá aprendem algo – mesmo algo visual como um padrão de tecelagem – eles dizem, ‘está no meu ouvido’” (1975:214). Devereux (1991) também afirma que o Sedang Moi da Indochina conceitualiza o ouvido como a sede da razão, e expressões como *tlek* “surdo” e *oh ta ay tue(iti)*, literalmente “não ter ouvidos”, são usadas para descrever pessoas pouco inteligentes. Mayer (1982) explica que, em Ommura (Papua-Nova Guiné), todos os processos intelectuais estão associados à audição. De acordo com esse autor, tudo o que está relacionado a motivos, pensamentos ou intenções ocorre no ouvido, e verbos tais como *iero* significa tanto “ouvir (um som)” quanto “saber, compreender”. Os Desana da floresta equatorial da Amazônia Colombiana (Reichel-Dolmatoff 1981) consideram a audição como a função mais importante do cérebro; é o sentido que conecta os dois hemisférios do cérebro (*pee yíri* “ouvir para agir”), e torna possível a geração de

pensamento abstrato. A audição, no entanto, não é a única alternativa para a visão. Há outras possibilidades. Os Ongees das Ilhas Andaman no sul do Pacífico, por exemplo, organizam suas vidas a partir do olfato (ver Classen, Howes e Synnot 1994, Pandya 1993) e os Tzotzil do México consideram o calor (portanto, o tato) a força básica do cosmos (ver Classen 1993). Além disso, existem culturas nas quais várias modalidades perceptivas atuam juntas na estruturação conceitual. Os índios Shipibo-Conibo do Peru são citados por usarem percepções visuais, auditivas e olfativas na formação de um corpo de cognição shamanística (ver Gebhart-Sayer 1985).

Conforme sugestão de vários antropólogos, pressupor que a visão é a modalidade perceptiva universalmente ligada ao intelecto é a consequência direta de uma perspectiva ocidental onipresente que, de algum modo, “polui” a realidade conceitual no domínio da percepção. Howes (1991), Ong (1991) e Tyler (1984), entre outros, já nos alertaram contra esse *etnocentrismo* (ver também Palmer 2003). Hoje em dia, é indiscutível que a visão ocupa uma posição de destaque em nossa conceitualização do intelecto, mas esse destaque não é compartilhado entre todas as culturas, nem mesmo nos mais antigos estágios da cultura indo-europeia. Conforme Tyler “A prevalência do visual... não é universal, porque: a) tem uma história, como um conceito do senso comum, na cultura indo-europeia, influenciado particularmente pela literatura; b) não está “consolidado” nas “estruturas” conceituais de outras línguas; e c) está baseada em um profundo equívoco da evolução e do funcionamento do sensorial humano (1984: 23).

Uma consequência importante para a análise da polissemia nos verbos de percepção pode ser observada a partir desses estudos linguísticos e antropológicos: a motivação e os fundamentos dessas extensões semânticas não podem ser explicados isoladamente através de uma base corporal comum¹⁰. A cultura na qual esses seres humanos vivem é também um elemento importante e, como Ong afirma: “As culturas diferem muito nas suas explorações dos vários sentidos e na forma com a qual relacionam seus aparatos conceituais com esses sentidos” (1991:26).

¹⁰ O termo *embodiment* tem diversas interpretações diferentes nas áreas de psicologia e antropologia (ver Chrisley e Ziemke 2002; Wilson 2002; Ziemke 2003). Neste artigo, corporificação é sempre usado na tradição da linguística cognitiva do trabalho de Johnson (1987). A definição de Johnson para corporificação é um tanto problemática, especialmente em relação ao papel da cultura como um fator determinante na sua interpretação de corporificação. Embora Johnson inclua fatores sociais e culturais em sua definição de corporificação, esses dois elementos foram, de certa forma, ignorados ou talvez, subestimados, em muitos estudos da linguística cognitiva. Na pesquisa cognitiva atual essa situação está mudando. Esse artigo não aborda uma discussão pertinente sobre a interação entre cultura e corporificação, mas o leitor interessado pode consultar as seguintes referências: Dirven, Frank e Pütz (2003), Ziemke, Zlatev e Frank (no prelo); Frank, Dirven e Ziemke (no prelo).

As extensões semânticas dos verbos *ver*, *ouvir* e *cheirar* são encontradas no Inglês, Basco e Espanhol, não apenas porque a corporificação desses sentidos é idêntica, mas também porque essas línguas, apesar de suas diferenças genéticas, compartilham a mesma base cultural ocidental. Nos demais casos – as línguas australianas, Suya, Sedang Moi, Ommura, Desana, Ongee, Tzotzil e Shipibo-Conibo – a base cultural não é a mesma e, como resultado, a corporificação dos sentidos é usada de maneira diferente. Em outras palavras, se quisermos explicar a motivação desses verbos polissêmicos, devemos levar em consideração o que sabemos não apenas sobre nossa própria biologia, mas também sobre nossa cultura, pois “a língua é um híbrido biocultural” (Levinson 2000:5).

Uma vez esclarecido que a cultura desempenha um papel na conceitualização dos sentidos, o próximo passo é descobrir o que conduz a essa escolha específica em uma dada cultura. Alguns antropólogos como Howes (2003) e Classen (1993) sugerem que essas escolhas estejam fundamentadas em fatores sociais. Por outro lado, outros como Gell (1995) e Feld (1990) preferem atribuir essas escolhas aos fatores ambientais (ex: deserto aberto *versus* floresta densa). Evans e Wilkins (2000:580-85), por exemplo, apresentam seis fatores culturais para explicar por que a “audição”, em vez da “visão”, está ligada a verbos cognitivos nas línguas australianas. São eles: (i) o papel da escolha individual na atenção seletivamente direcionada na audição; (ii) um estilo conversacional não diádico ou disseminado; (iii) diferentes protótipos para a percepção de objetos ausentes da cena imediata; (iv) a acumulação de conhecimento relevante sobre o país, a terra, as trilhas, os mitos... através da audição; (v) o papel da audição no processo de socialização; e (vi) a tradição oral.

4 Conclusões: A motivação conceitual na percepção

Na seção anterior, afirmei que é necessário levar em consideração a corporificação e a cultura para entender e provar que as estruturas polissêmicas nos verbos de percepção são motivadas.⁵ Essas declarações dão origem a um problema para a distribuição e os valores das propriedades prototípicas de percepção, resumidas na Tabela 3, organizadas de acordo com o modelo ocidental.

Apesar das diferenças entre culturas, o que parece claro é que os sentidos são usados como “canais de informações sobre o mundo” (Sekuler e Blake 1994) em todos os lugares. Embora os mapeamentos entre um determinado sentido e um domínio conceitual específico não coincidam entre diferentes culturas, esses mapeamentos ainda são realizados no campo da percepção. Dessa forma, como uma solução possível na Tabela 3, proponho o padrão de motivação flexível que está representado esquematicamente na Figura 3.

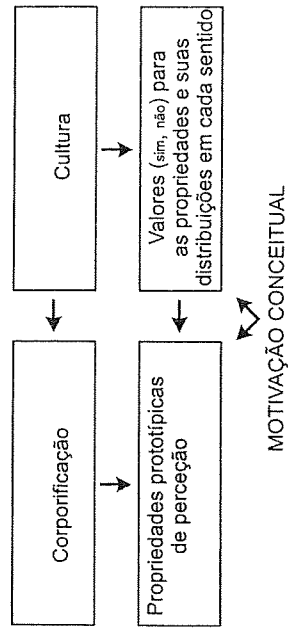


Figura 3. motivações conceituais nos verbos de percepção.

As propriedades prototípicas que descrevem os sentidos são as mesmas, por serem baseadas em relações estabelecidas entre o observador, o objeto observado e o ato de observação. Os seres humanos possuem a mesma configuração física e nossos órgãos funcionam da mesma forma; por isso, essas propriedades prototípicas não precisam mudar. O que deve ser mudado é a distribuição das propriedades em cada sentido e os valores vinculados a cada uma dessas propriedades, dependendo do sentido. A distribuição e os valores dependem da cultura e, por isso, serão diferentes de acordo com a cultura na qual esses seres humanos estão inseridos. Os mecanismos físicos para a percepção não mudam, mas é importante lembrar que nossa interpretação e uso desses sentidos podem mudar. Dessa forma, como mostra a Figura 4, é possível descrever as correspondências entre as propriedades e os valores das extensões semânticas de “ver” e “ouvir” em duas culturas diferentes.

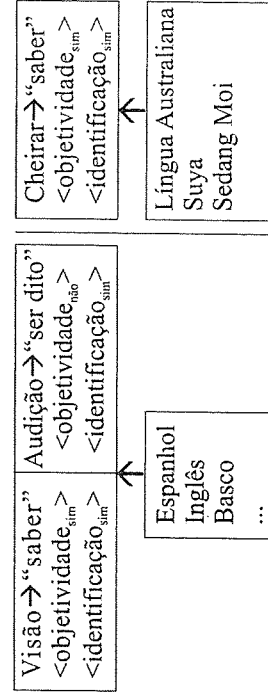


Figura 4. extensões semânticas em “ver” e “ouvir” em duas culturas diferentes

A distribuição das propriedades na Figura 4 corresponde a duas maneiras diferentes de usar os sentidos em dois modelos culturais diferentes. No lado esquerdo, o modelo ocidental que acredita na visão como modalidade de percepção para a identificação e aquisição da informação mais confiável, e no lado direito, a alternativa ou modelo “australiano”, no qual o sentido da audição é

considerado mais preciso e confiável. Baseado nesses dois modos de experiência e contato com o mundo, é possível afirmar que as extensões semânticas estabelecidas nos verbos de percepção são as mesmas — há um mapeamento da percepção conhecimento/intelecto — mas que a base que sustenta essas extensões varia, dependendo do sentido que essas culturas consideram mais apropriados para esse domínio. Em outras palavras, existe uma *mudança* de propriedades prototípicas e valores fundamentados na base cultural ou, de acordo com a terminologia de Kövecses (2005), um *foco experimental diferente*, isto é: “different peoples may be attuned to different aspects of their bodily functioning in relation to a target domain, or that they can ignore or downplay certain aspects of their bodily functioning as regards the metaphorical conceptualization of a particular target domain” (2005: 246)¹¹.

Esse esquema de motivação flexível não é inútil apenas para explicar as diferenças entre culturas. Ele também pode ser aplicado a outros casos mais individuais. Vejamos um exemplo da literatura universal: o caso do *best-seller* de Patrick Süskind *Perfume* (1986 [1954]). Nesse romance, o personagem principal, Grenouille, tem um sentido de olfato excepcional, tão apurado que ele o usa como sua principal fonte de informação. Seu dom se torna evidente na descrição linguística de coisas, sentimentos e situações pelas quais Grenouille passa através do livro. Enquanto outras pessoas falam sobre “ver coisas” e “problemas claros”, ele se comporta como se pudesse *ver com suas narinas* (1986: 18) estar sobre *olhar olfativo* (1986: 119) e ter uma *imaginação olfativa* (1986: 176).

Autores como Popova (2003) propuseram uma metáfora sinestésica CHEIRO É VISÃO para justificar a forma “especial” de Grenouille experimentar o mundo. Entretanto, essa nova metáfora não é estritamente necessária. Do ponto de vista da conceitualização ocidental de percepção, essa metáfora é válida. Contudo, essa solução facilmente apresenta problemas. Vamos tomar outro exemplo sobre as línguas australianas discutidas na seção anterior. Se CHEIRO É VISÃO no caso de Grenouille, então AUDIÇÃO É VISÃO no caso das línguas australianas. Em minha opinião, as duas situações podem ser explicadas sem a necessidade de postular uma nova metáfora sinestésica que pressuponha um ponto de vista ocidental. Grenouille prefere uma modalidade de sentido diferente como sua principal fonte de informação confiável, exatamente como a língua australianiana em relação à audição. Assim, é possível aplicar o mesmo procedimento ao caso de Grenouille. Dessa vez, as propriedades da visão são transferidas para o sentido do olfato. A Figura 4 apresenta esquematicamente essas correspondências.

¹¹ (N. T.) Povos diferentes podem estar ligados a diferentes aspectos do seu funcionamento corporal em relação a um domínio alvo, ou eles podem ignorar ou minimizar certos aspectos do seu funcionamento corporal em função da conceitualização metafórica de um domínio alvo específico. (N. T.)

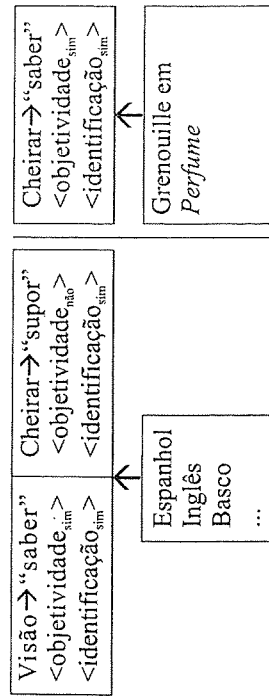


Figura 5. “Ver” e “Cheirar” na cultura ocidental e no modelo de Grenouille em *Perfume*.

Concluindo, neste artigo, tentei mostrar que as extensões semânticas dos verbos de percepção não são o resultado de um processo inconsistente e arbitrário. Eles são motivados e fundamentados em nossa própria conceitualização e experiência de mundo. Essa motivação, descrita em função de propriedades prototípicas, é baseada na corporificação dos sentidos e é imposta pela cultura na qual os indivíduos de uma determinada língua estão inseridos. Uma vez que as culturas não são as mesmas para todos os seres humanos, as propriedades que se aplicam a um sentido em uma cultura (ex. a visão no ocidente) podem ser aplicadas a um sentido diferente em outra cultura (ex. a audição nas línguas australianas); existem mudanças de propriedades. Por isso, em vez de identificar um sentido específico com uma capacidade cognitiva específica (ex. COMPREENSÃO É VISÃO), é necessário formular essas relações em um nível mais geral e abstrato (ex. COMPREENSÃO É PERCEPÇÃO). Tendo em vista a natureza deste estudo, contemplei apenas alguns poucos exemplos, mas gostaria de afirmar que a mudança de propriedades e valores propostos aqui podem ser aplicada para todas as extensões semânticas dos verbos de percepção e outros domínios semânticos. Essa é uma hipótese que eu deixo aberta para discussões em futura pesquisa.

Bibliografia

- Aikhenvald, Alexandra Y. 2004. *Evidentiality*. Oxford: Oxford UP.
 Aikhenvald, Alexandra Y. and R. M. W. Dixon 1998. 'Evidentials and Areal Typology: A Case-Study from Amazonia'. *Language Sciences* 20: 241-57.
 Aikhenvald, Alexandra Y. and R. M. W. Dixon, eds. 2003. *Studies in Evidentiality*. Amsterdam: Benjamins.
 Alm-Arvius, Christina 1993. *The English Verb See: A Study in Multiple Meaning*. Göteborg: Acta Universitatis Gothoburgensis.

- Arnheim, Rudolf 1969: *Visual Thinking*. Berkeley: University of California P.
- Baker, Colin E. 1999: *Seeing Clearly: Frame Semantics, Psycholinguistics, and Cross-linguistic Approaches to the Semantics of the English Verb See*. Unpublished Ph.D. thesis. University of California at Berkeley.
- Barnes, Janet 1984: 'Evidentials in the Tuyuca Verb'. *International Journal of American Linguistics* 50: 255-71.
- Cann, Ronnie 1993: *Formal Semantics*. Cambridge: Cambridge UP.
- Chafe, Wallace L. and Johanna Nichols, eds. 1986: *Evidentiality: The Linguistic Encoding of Epistemology*. Norwood: Ablex.
- Chrisley, Ron and Tom Ziemke 2002: 'Embodiment'. Lynn Nagel, ed. *Encyclopedia of Cognitive Science*. London: Macmillan. 1102-08.
- Classen, Constance 1993: *Worlds of Sense. Exploring the Senses in History and across Cultures*. London: Longman.
- , David Howes and Andrew Synnott 1994: *Aroma. The Cultural History of Smell*. London: Routledge.
- Danesi, Marcel 1990: 'Thinking is Seeing: Visual Metaphors and the Nature of Abstract Thought'. *Semiotica* 80.3/4: 221-37.
- De Haan, Ferdinand 2005: 'Encoding Speaker Perspective: Evidentials'. Zygmunt Frajzyngier and David S. Rood, eds. *Linguistic Diversity and Language Theories*. Amsterdam: Benjamins. 379-97.
- Devereux, Georges 1991: 'Ethnopsychological Aspects of the Terms 'Deaf' and 'Dumb''. David Howes, ed. *The Varieties of Sensory Experience. A Sourcebook in the Anthropology of the Senses*. Toronto: U of Toronto P. 43-46.
- Dik, Simon and Kees Hengeveld 1991: 'The Hierarchical Structure of the Clause and the Typology of Perception Verb Complements'. *Linguistics* 29: 231-59.
- Dirven, René, Rozlyn Frank and Martin Pütz, eds. 2003: *Cognitive Models in Language and Thought: Ideologies, Metaphors, and Meanings*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Dowty, David R., Robert E. Wall and Stanley Peters 1981: *Introduction to Montague Semantics*. Dordrecht: D. Reidel.
- Duranti, Alessandro 1997: *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge UP.
- 2001: *Key Terms in Language and Culture*. London: Blackwell.
- Ekman, Paul, Robert W. Levenson and Wallace V. Friesen 1983: 'Autonomic Nervous System Activity Distinguishes among Emotions'. *Science* 221: 1208-10.
- Engels, Renata 2005: *Les modalités de perception visuelle et auditive: Différences cognitives et répercussions sémantico-syntaxiques en espagnol et en français*. Unpublished Ph.D. thesis. University of Gent, Belgium.
- Evans, Nick and David Wilkins 2000: 'In the Mind's Ear: The Semantic Extensions of Perception Verbs in Australian Languages'. *Language* 76.3: 546-92.
- Feld, Steven 1990: *Sound and Sentiment: Birds, Weeping, Poetics and Song in Kalluli Expression*. Philadelphia: U of Pennsylvania P.
- Fernandez, James W., ed. 1991: *Beyond Metaphor: The Theory of Tropes in Anthropology*. Stanford: Stanford UP.
- Fernández Jaén, Jorge 2006: 'Verbos de percepción sensorial en español: una clasificación cognitiva'. *Interlingüística* 16: 1-14.
- Foley, William 1997: *Anthropological Linguistics: An Introduction*. Oxford: Blackwell.
- Frank, Roslyn, René Dirven and Tom Ziemke, eds. In press: *Body, Language and Mind Vol. 2: Interrelations between Biology, Linguistics and Culture*. Amsterdam: Benjamins.
- Gadner, Howard 1983: *Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences*. New York: Basic Books.
- García-Miguel, José María 2005: 'Aproximación empírica a la interacción de verbos y esquemas constructivos, ejemplificada con los verbos de percepción'. *Estudios de Lingüística Universidad de Alicante (ELUA)* 19: 169-91.
- Geach, Peter and Max Black, eds. 1952: *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell.
- Gebhart-Sayer, Angelika 1985: 'The Geometric Designs of the Shipibo-Conibo in Ritual Context'. *Journal of Latin American Lore* 11.2: 143-75.
- Gell, Alfred 1995: 'The Language of the Forest: Landscape and Phonological Iconism in Umeda'. Eric Hirsch and Michael O'Hanlon, eds. *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Place and Space*. Oxford: Clarendon P. 232-54.
- Gibbs, Raymond W., Jody Bogdonovich, Jeffrey Sykes and Dale Barr 1997: 'Metaphor in Idiom Comprehension'. *Journal of Memory and Language* 37: 141-54.
- Gisborne, Nick 1996: *English Perception Verbs*. Unpublished Ph.D. thesis. University College, London.
- Grady, Joseph 1997: 'THEORIES ARE BUILDINGS revisited'. *Cognitive Linguistics* 8: 267-90.
- Horie, Kaoru 1993: *A Cross-linguistic Study of Perception and Cognition Verb Complements: A Cognitive Perspective*. Unpublished Ph.D. thesis. University of Southern California.
- Horno Chelíz, María del Carmen 2002-2004: 'Aspecto léxico y verbos de percepción: a propósito de ver y mirar'. Rosa María Castañer, ed. *In memoriam Manuel Alvar. Archivo de Filología Aragonesa* 59-60: 555-76.
- in press: 'La interpretación estativa de la percepción visual desde un punto de vista tipológico'. *Actas del VIII Congreso de Lingüística General*. Edición CD-Rom.
- Howard Hugues Medical Institute 1995: *Seeing, Hearing, and Smelling the World. New Findings Help Scientist Make Sense of Our Senses*. Maryland: Howard Hugues Medical Institute.
- Howes, David 1991: Introduction: 'To Summon all the Senses'. David Howes, ed. *The Varieties of Sensory Experience. A Sourcebook in the Anthropology of the Senses*. Toronto: U of Toronto P. 3-21.

- 2003. *Sensual Relations. Engaging the Senses in Culture and Social Theory*. Ann Arbor: The U of Michigan P.
- 2005. *Empire of the Senses: The Sensual Culture Reader*. New York: Berg.
- Ibarretxe-Antuñano, Iraide 1999a: *Polysemy and Metaphor in Perception Verbs: A Cross-linguistic Study*. Unpublished Ph.D. thesis. University of Edinburgh.
- 1999b: 'Metaphorical Mappings in the Sense of Smell'. Raymond W. Jr. Gibbs and Gerart J. Steen, eds. *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: Benjamins. 29-45.
- 2002: 'MIND-AS-BODY as a Cross-linguistic Conceptual Metaphor'. *Miscelánea. A Journal of English and American studies* 25: 93-119.
- 2006: 'Cross-linguistic Polysemy in Tactile Verbs'. June Luchenbroers, ed. *Cognitive Linguistics Investigations across Languages, Fields, and Philosophical Boundaries*. Amsterdam: Benjamins. 235-53.
- forthcoming: *Much more than Sense Perception. Conceptual Bases and Cognitive Mechanisms in the Polysemy of Perception Verbs*. Amsterdam: Benjamins.
- Johnson, Mark 1987: *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Reason and Imagination*. Chicago: Chicago UP.
- Keyser, Boaz and Bridget Bly 1995: 'Intuitions of the Transparency of Idioms: Can one Keep a Secret by Spilling the Beans?'. *Journal of Memory and Language* 34: 89-109.
- Kövecses, Zoltán 2000: *Metaphor and Emotion*. Cambridge: Cambridge UP.
- 2002: *Metaphor: A Practical Introduction*. Oxford: Oxford UP.
- 2005: *Metaphor in Culture. Universality and Variation*. Cambridge: Cambridge UP.
- 2006: *Language, Mind, and Culture: A Practical Introduction*. Oxford: Oxford UP.
- Lakoff, George 1987: *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: Chicago UP.
- and Mark Johnson 1980: *Metaphors We Live by*. Chicago: Chicago UP.
- 1999: *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books.
- Lawless, Harry T. and Trygg Engen 1977: 'Association to Odors: Interference Memories, and Verbal Labelling'. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory* 3.1: 52-59.
- Levenson, Robert W., Paul Ekman and Wallace V. Friesen 1990: 'Voluntary Facial Action Generates Emotion-Specific Autonomic Nervous System Activity'. *Psychophysiology* 27: 363-84.
- Levenson, Robert W., Paul Ekman, Karl Heider, Wallace V. Friesen 1992: 'Emotion and Autonomic Nervous System Activity in the Minangkabau of West Sumatra'. *Journal of Personality and Social Psychology* 62: 972-88.
- Levinson, Stephen C. 2000: 'Language as Nature and Language as Art'. Jürgen Mittelstrass and Wolf Singer, eds. *Proceedings of the Symposium on Changing Concepts of Nature and the Turn of the Millennium*. Vatican City: Pontifical Academy of Sciences. 257-87.
- 2006: Introduction: 'The evolution of culture in a microcosm'. Stephen C. Levinson and Pierre Jaisson, eds. *Evolution and Culture. A Fyssen Foundation Symposium*. Cambridge: MIT P. 1-41.
- Mayer, Jessica 1982: 'Body, Psyche and Society: Conceptions of Illness in Ommura, Eastern Highlands, Papua New Guinea'. *Oceania* 52: 240-59.
- Murphy, Gregory L. 1996: 'On Metaphoric Representation'. *Cognition* 60: 173-204.
- McLendon, Sally 2003: 'Evidentials in Eastern Pomo with a Comparative Survey of the Category in other Pomoan Languages'. Alexandra Y. Aikhenvald and R. M. W. Dixon, eds. *Studies in Evidentiality*. Amsterdam: Benjamins. 101-29.
- Ong, Walter J. 1991: 'The Shifting Sensorium'. David Howes, ed. *The Varieties of Sensory Experience. A Sourcebook in the Anthropology of the Senses*. Toronto: U of Toronto P. 25-30.
- Palmer, Gary 1996: *Toward a Theory of Cultural Linguistics*. Austin: U of Texas P.
- 2003: Introduction. Special Issue: 'Talking about Thinking across Languages'. *Cognitive Linguistics* 14.2/3: 97-108.
- Pandya, Vishvajit 1993: *Above the Forest: A Study of Andamanese Ethnoanemology, Cosmology and the Power of Ritual*. Bombay: Oxford UP.
- Perrot, Jean 1996: 'Un Médiatif Ouralien: L'auditif en Samoyède Nenet'. Zlatka Guentchéva, ed. *L'Énonciation Médiatisée*. Louvain-Paris: Peeters. 157-68.
- Popova, Yana 2003: '"The Fool Sees with his Nose": Metaphoric Mappings in the Sense of Smell in Patrick Süskind's *Perfume*'. *Language and Literature* 12.2: 135-51.
- Reichel-Dolmatoff, Gerardo 1981: 'Brain and Mind in Desana Shamanism'. *Journal of Latin American Lore* 7.1: 73-98.
- Roegiest, Eugene 2003: 'Argument Structure of Perception Verbs and Actance Variation of the Spanish Direct Object'. G. Fiorentino, ed. *Romance Objects. Transitivity in Romance Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter. 299-322.
- Rojo, Ana and Javier Valenzuela 2004-2005: 'Verbs of Sensory Perception: An English-Spanish Comparison'. *Languages in Contrast* 5.2: 219-43.
- Rouby, Catherine, Benoist Schaal, Danièle Dubois, Rémi Gervais and A. Holley 2002: *Olfaction, Taste, and Cognition*. Cambridge: Cambridge UP.
- Seeger, Anthony 1975: 'The Meaning of Body Ornaments: A Suya Example'. *Ethnology* 14.3: 211-24.
- Sekuler, Robert and Randolph Blake 1994: *Perception*. New York: McGraw-Hill.
- Süskind, Patrick 1986: *Perfume: The Story of a Murderer*. Trans. J.E. Wood. London: Penguin Books.

- Sweetser, Eve 1990: *From Ethnology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge UP.
- Tyler, Stephen 1984: 'The Vision Quest in the West or What the Mind's Eye Sees'. *Journal of Anthropological Research* 40: 23-40.
- Valenzuela, Javier and Cristina Soriano 2007: 'Reading Anger Stories: A Lexical Decision Task as a Test for the Existence of Metaphorical Representation'. Iraide Ibarretxe-Antuñano, Carlos Inchaurreal and Jesús M^a Sánchez-García, eds. *Language, Mind, and the Lexicon*. Hamburg: Peter Lang. 281-303.
- Viberg, Ake 1984: 'The Verbs of Perception: A Typological Study'. Brian Butterworth, Bernard Comrie and Östen Dahl, eds. *Explanations for Language Universals*. Berlin: Mouton de Gruyter. 123-62.
- Willett, Thomas L. 1988: 'A Cross-Linguistic Survey of the Grammaticalization of Evidentiality'. *Studies in Language* 12: 51-97.
- Wilson, Michael 2002: 'Six Views of Embodied Cognition'. *Psychological Bulletin and Review* 9.4: 625-36.
- Ziemke, Tom 2003: 'What's that Thing Called Embodiment?' *Proceedings of the 25th Annual Meeting of the Cognitive Science Society*. Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- , Jordan Zlatev and Roslyn Frank, eds. In press: *Body, Language and Mind Vol. 1: Embodiment*. Amsterdam: Benjamins.

A emergência da metáfora no discurso¹

Lynne Cameron²; Alice Deignan³

Tradução: Solange Faraco⁴; Solange Vereza⁵
Revisão da tradução e técnica: Solange Vereza

Neste artigo, demonstramos como a emergência proporciona novas explicações para o comportamento de expressões usadas metaforicamente. A análise se dá a partir do estudo das metáforas em dois tipos de dados obtidos de linguagem em uso: a análise detalhada de discurso contínuo, que proporciona um contexto extremamente rico além da possibilidade de monitorar formas emergentes à medida que o discurso se desenvolve e a análise de corpus com o auxílio de ferramentas eletrônicas, que permite o exame de um grande número de exemplos de palavras e expressões específicas em uma gama de diferentes contextos. Constatamos que expressões não literais, que apresentam uma forma relativamente fixa assim como semântica e pragmática altamente específicas, ocorrem com grande frequência em nossos dados; entretanto, a teoria cognitiva da metáfora não apresenta explicação plausível para tais expressões.

Denominamos essas expressões não literais "metaformas"⁶ e argumentamos que elas representam a união de forças linguísticas, semânticas, afetivas e pragmáticas em estados atratores no sistema discursivo, fazendo-se presentes no discurso como agrupamentos de configurações de uso relativamente estáveis. Evidenciamos o surgimento de uma metaforma no decorrer de um evento discursivo e apresentamos um outro que parece ter surgido recentemente, em consequência de mudanças no ambiente social. Em seguida, combinamos tipos de dados e análises com o propósito de rastrear o uso de <walk away from> (<sair de/escapar/abandonar>) como uma metaforma, apontando suas características formais, semânticas, afetivas e pragmáticas.

¹ Artigo publicado originalmente em 2006 em *Applied Linguistics*, 27 (4): 671-690. Traduzido com a permissão do autor a partir do texto em inglês CAMERON, Lynne; DEIGNAN, Alice. The emergence of metaphor in discourse. *Applied Linguistics*, 27 (4): 671-690, 2006.

² The Open University, Inglaterra.

³ University of Leeds, Inglaterra.

⁴ Universidade Federal Fluminense, RJ.

⁵ Universidade Federal Fluminense, RJ.